

Ao visitar em dezembro o Brasil e se encontrar na Colômbia com o presidente Fernando Collor de Mello, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, decidiu deixar sua cautelosa posição e declarou que o País estava no caminho certo e poderia obter sem dificuldades um crédito stand by da instituição que dirige. De repente, voltamos à estaca zero, e nada permite afirmar hoje que o board do FMI emitirá o sinal verde que o Brasil está esperando há dois anos para poder definitivamente encontrar a solução que o reintegre na comunidade financeira internacional.

Ora, sem essa solução não poderemos conseguir o clima de tranqüilidade necessário à retomada do desenvolvimento.

Ainda na reunião de Bangcoc, em outubro, Michel Camdessus cercava de prudência suas declarações relativas ao Brasil: já tivera conhecimento do esboço da Carta de Intenção que o País enviaria ao FMI, mas sabia que, neste caso, as intenções não bastariam, pelo que pretendia conhecer a atitude do Congresso diante de um ponto fundamental: a votação da reforma tributária. O ministro Marílio Marques Moreira, com grande habilidade, promoveu encontros entre o diretor-gerente do FMI e as lideranças do Legislativo, permitindo ao visitante deixar Brasília com a certeza de que o Parlamento apoiaria o Planalto para que se reordenassem as finanças públicas, sem saber, porém, que preço pagaria o governo para conseguir tal respaldo. Encontrou-se com o presidente Collor, que lhe assegurou que, com isso, o Brasil não mais procuraria medidas mágicas para sair do impasse. Isso foi suficiente para que Michel Camdessus abando-

nasse sua costumeira cautela e desse a entender que o País poderia contar com o apoio do FMI, abrindo-se assim o caminho para uma solução global do problema da dívida externa.

A reunião do board está prevista para o dia 22 de janeiro, logo no final das férias da instituição, o que permitia supor que iríamos iniciar o ano de 1992 com grandes esperanças. De repente, tais perspectivas desmoronaram diante do desequilíbrio das contas da Previdência Social, fato que o próprio governo apresenta como questão-chave para que se mantenham os compromissos assumidos com o FMI. É possível que, diante do clima de incerteza que se está criando, o diretor-gerente do organismo interna-

cional venha a adiar a apresentação da Carta de Intenção do Brasil ao seu board, até que se esgote o prazo de 30 dias dado ao Congresso para apreciar o projeto de lei que justificou a sua convocação extraordinária.

Já perdemos um tempo precioso e, fato ainda mais grave, não se sabe qual será a decisão do Congresso para eliminar o déficit da Previdência Social. Existe, pois, o perigo de que, mais uma vez, a Carta de Intenção que tanto tardou a ser elaborada não seja encaminhada em tempo oportuno à apreciação dos diretores do FMI.

Cumprе acrescentar que, mesmo que esta se efetivasse, e que se aprovasse (a que preço?) o projeto do Planalto, as novas receitas somente começariam a

ser recolhidas 90 dias depois da aprovação da lei. Isso significa que, dificilmente, poderá o Brasil respeitar seus compromissos para o primeiro trimestre, o que o forçaria a modificar o texto da Carta de Intenção ou a solicitar, logo de início, um "waiver". É fácil imaginar, assim, que não encontraremos um clima favorável entre os membros do board, ao contrário do que se esperava.

Qualquer atraso no fechamento do acordo com o FMI terá conseqüências dramáticas. Em primeiro lugar, tudo indica que o acordo com os bancos credores, ora em fase final e que é normalmente difícil, somente será concluído quando se tiver a certeza de que o Brasil conseguirá o apoio do FMI (indispensável para que possamos dispor dos recursos destinados a oferecer garantias aos títulos de longo prazo). Por outro lado, a comunidade financeira internacional, que havia reagido favoravelmente às novas perspectivas, já começa a dar sinais de preocupação, traduzidos por sua retração do mercado bolsista brasileiro. Em alguns dias, perdemos um capital de confiança que havíamos conseguido recuperar depois de longos anos de esforço.

Sem o stand by do FMI não poderemos fechar um acordo com o Clube de Paris e voltar a receber a ajuda financeira dos organismos oficiais de crédito, num momento em que seriam tão essenciais alguns investimentos. Novamente se postergará a liberação de recursos por parte do governo do Japão.

O Brasil continua à margem da recuperação dos países latino-americanos e está em jogo o próprio processo de integração do Mercosul.

Pode-se temer que a recessão se prolongue.

